



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 302/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10829/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã.

4- Exercício: 2014.

5- Responsáveis: Sr. Guimaro Monteiro de Miranda, Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 94/2015 (fls. 159/184).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3822/2015-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 185/193).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício de 2014.

Revel. Contas Irregulares. Alcance. Glosa. Prazo. Comunicação ao Poder Executivo Municipal. Multa. Comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Determinação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Considerar revel o Senhor **Guimaro Monteiro de Miranda**, Vereador, nos termos do art. 20, § 3º, da Lei 2423/1996 c/c o caput do art. 88, da Resolução 04/2002;

9.2- Julgar Irregulares as Contas Anuais da Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã, exercício de 2014, de responsabilidade do Sr. **Guimaro Monteiro de Miranda**, Vereador-Presidente e Ordenador de Despesa à época, nos termos do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, “b” e “c”, da Resolução 04/2002-TCE/AM;

9.3- Considerar em alcance o responsável, nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-R/TCE, glosando os montantes de:



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 302/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3.1- R\$ 272,83 (duzentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos), com devolução aos cofres públicos em face da realização de despesas sem embasamento legal;

9.3.2- R\$ 40.668,14 (quarenta mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quatorze centavos), com devolução aos cofres públicos em face da ausência da devida liquidação de despesas referentes a aquisição de combustíveis;

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento dos valores dos débitos aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96), com a devida atualização monetária (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM);

9.5- Comunicar ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 da Res. nº04/2002 – RITCE/AM e expirado o prazo estabelecido, os mesmos deverão ser inscritos na Dívida Ativa Municipal, seguido da imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

9.6- Aplicar multa ao responsável nos valores de:

9.6.1- R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/02, em face das impropriedades listadas abaixo:

Restrição Nº 02: Ausência de publicação de amplo acesso ao público do Relatório de Gestão Fiscal, infringindo o disposto nos arts. 48 e 55, § 2º da LRF;

Restrição Nº 03: Desatualização o sítio eletrônico do portal da Transparência da Câmara está, em descumprimento da lei da transparência (LC n.º 131/09), conforme verificado pela DICREA;

Restrição Nº 05: Ausência de justificativa por que os pregões de números 001/2014 à 005/2014 encontrados no Demonstrativo de Procedimentos Licitatórios Realizados (fls.43/48) não foram informados no sistema E-CONTAS, tampouco foram os processos apresentados à comissão in loco.

Restrição Nº 06: Ausência de justificativa para as impropriedades relativas ao Processo Administrativo Licitatório n. 01/2014 que culminou na celebração do contrato Carta Contrato nº 004/2014 entre o órgão e a licitante vencedora ROSÂNGELA NOGUEIRA DA SILVA-ME, para contratação Serviço de Fornecimento de Sinal de Internet, no valor global de R\$ 8.640,00 pelo período de 12 meses, com fundamento no art. 25, caput, da Lei n. 8666/93;

Restrição Nº 07: Ausência de justificativa para as impropriedades relativas ao Processo Administrativo Licitatório n. 009/2013 que culminou na celebração do contrato Carta Contrato nº 004/2014 entre o órgão e o licitante vencedor MÉTODO



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 302/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

CONTÁBIL – CONTABILIDADE EMPRESARIAL LTDA, para contratação Serviço de Elaboração de GFIP e Folha de Pagamento, no valor global de R\$ 7.650,00 pelo período de 12 meses, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei n. 8666/93;

Restrição Nº 08: Ausência de justificativa para as impropriedades relativas ao Processo Administrativo Licitatório n. 008/2013 que culminou na celebração do contrato Carta Contrato nº 001/2014 entre o órgão e o licitante ANC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-ME, para contratação de Serviço de criação de domínio, hospedagem e manutenção do Portal da Transparência, no valor global de R\$ 6.030,00 pelo período de 12 meses, com fundamento no art. 24, II, da Lei n. 8666/93;

Restrição Nº 09: Ausência de justificativa para as impropriedades relativas ao Processo Administrativo Licitatório n. 010/2013 que culminou na celebração do contrato Carta Contrato nº 005/2014 entre o órgão e a licitante JERRY WILLIAMS PINTO DA SILVA, para contratação de Serviço de Jardinagem e Limpeza Geral, no valor global de R\$ 7.200,00 pelo período de 12 meses, com fundamento no art. 24, II, da Lei n. 8666/93;

Restrição Nº 09 : Ausência de controle de materiais em estoque no almoxarifado, tais como: entrada e saída de materiais e o procedimento para recebimento dos mesmos contrariando a Lei 4.320/64, inciso III do Art. 106;

Restrição Nº 10: Não implementação, até a presente data, de Sistema de Controle Patrimonial; não designação de gestor responsável pelo controle de patrimônio; e não realização de levantamento periódico dos bens móveis e imóveis do órgão, de que tratam os artigos 94 e 96 da Lei 4320/64;

Restrição Nº 11: Não apresentação do livro Tombo, bem como relatório contendo registro dos Bens demonstrando os elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles, assim como os agentes responsáveis pela sua guarda e administração, conforme art. 94 da Lei 4320/64;

Restrição Nº 12: Ausência de esclarecimentos quanto aos registros funcionais que se encontram desatualizados, tais como o fornecimento da declaração de Imposto de Renda, exercício 2014/2015, visando a evolução patrimonial informada a Delegacia da Receita Federal dos agentes políticos (abaixo relacionados), contrariando os termos do art. 289, da Resolução TCE Nº 04/2002, ao disposto no art. 13 e parágrafos da Lei nº 8.429/92 e no art. 1º da Lei nº 8.730/93 c/c o art. 266, da Constituição Estadual/89;

Restrição Nº 13: Ausência de esclarecimentos relativos ao não envio via Sistema dos dados relativos a Atos de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, contrariando o art. 259 c/c 260 da Resolução TCE nº 04/2002;

Restrição Nº 15: Ausência de esclarecimentos relativos ao controle de ponto dos cargos comissionados, vez que observamos in loco, não haver estrutura física para acomodá-los, colocando em risco o uso eficiente dos recursos públicos com gastos



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 302/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

de pessoal. Ressalta-se que a observação do princípio da eficiência, da assiduidade, da igualdade, da legalidade e da isonomia, nos atos públicos, expresso no art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Restrição Nº 17: Ausência de justificativa para a emissão dos empenhos com Material de Consumo (3.3.90.30), no valor global de R\$ 25.722,58, sem prévio procedimento licitatório, em descumprimento aos Princípios Constitucionais da Administração Pública, da Lei n. 8666/93 e da Lei n. 4320/64.

9.6.2- R\$ 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), nos termos do art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução 4/2002, em face das impropriedades listadas abaixo:

Restrição Nº 04: Ausência de justificativa para o pagamento de R\$ 272,83 a título de “Débito indevido”;

Restrição Nº 16: Ausência de justificativa para a emissão dos empenhos e respectivos pagamentos de despesas com combustível (3.3.90.30.1), no valor global de R\$ 40.668,14, sem prévio procedimento licitatório e sem comprovação da regular liquidação, em descumprimento aos Princípios Constitucionais da Administração Pública, da Lei n. 8666/93 e da Lei n. 4320/64.

9.7- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual, do montante de R\$ 13.152,37 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), referente às MULTAS discriminadas nos itens “6a” e “6b”, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96.

9.8- Expirado o prazo estabelecido, os valores das multas deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição das penalidades na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.9- Comunicar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com fulcro no art. 2º da Lei nº 11.457/2007 sobre a divergência detectada pela Comissão de Inspeção, conforme Restrição nº 14;

10- Determinar à origem, que cumpra com rigor o estabelecido no Estatuto das Licitações.

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 05 de abril de 2016.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS
Proc. Nº _____
Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 302/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral